

Orçamento realista é a resposta do Congresso à crise, afirma relator

Medida provisória que disciplina operações de redesconto do Banco Central é o "Proer de Lula"? Alvaro Dias diz que o governo do PT faz o que condenava no passado, mas Eduardo Suplicy aponta diferenças

O Congresso Nacional já responde agilmente à crise internacional, afirmou ontem o relator-geral do projeto do Orçamento da União, Delcídio Amaral. O senador lembrou que a Comissão Mista de Orçamento aprovou na quarta-feira o relatório preliminar de receitas, no valor de R\$ 818 bilhões. O documento, segundo Delcídio, é a base para se elaborar um orçamento realista.

A crise que provoca forte retração no crédito e gera perdas acumuladas de 42% este ano na Bolsa de

Valores de São Paulo foi tema de vários discursos. Alvaro Dias acusou o governo Lula de colocar em prática "um novo Proer", comparando o socorro aos bancos previsto na MP 442 ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, adotado pelo governo FHC e criticado pelo PT. Mas Eduardo Suplicy disse que a medida provisória sobre operações de redesconto do Banco Central "não é o Proer de Lula".

A MP foi regulamentada ontem pelo Conselho Monetário Nacional. **4 e 5**



José Cruz

Uma reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, atual marco regulatório da aviação civil, foi defendida ontem pelo senador Delcídio Amaral em seminário promovido pelo Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado. **2**

Mangabeira vai falar sobre futuro da Amazônia

O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, é um dos convidados para audiência da Subcomissão da Amazônia. **8**

Raupp defende suspensão dos desmatamentos

Valdir Raupp pede aprovação de projeto de sua autoria que suspende por dez anos a concessão de novas autorizações para o desmatamento de florestas na região. **7**



José Cruz

Lúcia Vânia (D) preside reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, que discute mais rigor na aplicação dos recursos

Mais proteção para recursos de fundos constitucionais

Os bancos oficiais regionais deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente das operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **8**

Viana propõe o fim de leitos para tratamento psiquiátrico

A internação hospitalar de pessoas com distúrbios psiquiátricos deve ser substituída por um tratamento com mais participação da família e da comunidade,

defendeu o vice-presidente do Senado, Tião Viana. Ele falou ontem em *workshop* sobre saúde mental promovido pela Procuradoria Geral da República. **8**



Genaldio Magela

Deputado Germano Bonov, procurador Antonio Fernando de Souza e Tião Viana (D)

Código Brasileiro de Aeronáutica é pano de fundo de um cenário no qual existem vários problemas, afirma senador ao abrir seminário promovido pela Consultoria Legislativa



Delcídio (dir., ao lado do consultor-geral legislativo do Senado, Bruno Dantas): papel da Anac precisa ser definido

Delcídio defende atualização do marco da aviação civil

DURANTE O SEMINÁRIO “Marco Regulatório da Aviação Civil: Elementos para a Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica”, promovido ontem pelo Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado, Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a necessidade de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86), o atual marco regulatório da aviação civil.

Segundo o senador, o código é o pano de fundo de um cenário no qual existem vários problemas. Delcídio citou questões que precisam ser abordadas e resolvidas para deixarem de ser impasses do setor: definição do papel da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) e qualificação dos quadros dessa agência; a transição do comando da aviação civil de militares para civis; o desafio da atualização tecnológica dos equipamentos de controle de espaço aéreo; a promoção da qualificação, proficiência em inglês e melhora na remuneração dos controladores de voo; e a realização de investimentos na infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica.

O senador, relator do projeto de lei que instituiu a Anac,

também defendeu a abertura de capital dos aeroportos e a autorização de acesso ao mercado de aviação brasileiro para empresas estrangeiras, além do limite de 80% do capital nacional que hoje vigora.

– Espero que o Congresso tenha condição de responder aquilo que a população exige de todos nós no que se refere à reforma do código. Sem uma aviação civil forte teremos problemas para o Brasil crescer e o Brasil precisa crescer – afirmou.

Após o pronunciamento de Delcídio, o consultor legislativo do Senado Victor Carvalho Pinto apresentou uma palestra técnica sobre o assunto e traçou um panorama da aviação comercial brasileira hoje.

Infra-estrutura

De acordo com o consultor, a aviação civil brasileira passa por mudanças institucionais, como a transferência da regulação econômica e técnica de um comando militar para uma agência civil. Além disso, observou Victor Pinto, a infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica não acompanhou o aumento da demanda pelos serviços do setor, ocorrido como consequência do

crescimento econômico do país.

– A carência de infra-estrutura decorrente desse fato é causa de incômodos para os passageiros, risco para as operações aéreas e limitação à expansão do mercado – destacou o consultor.

Ao considerar que o marco regulatório do setor está defasado, Victor disse que a reforma é importante para “aumentar a segurança jurídica dos agentes econômicos e viabilizar o aporte de recursos privados na expansão da infra-estrutura aeroportuária”.

Entre as propostas do consultor para a alteração do código, está o melhor aproveitamento de aeroportos ociosos, como o de Belo Horizonte, e o desestímulo ao uso daqueles que estão saturados.

Para Victor, “antes de pensar na expansão é preciso pensar na utilização melhor da infra-estrutura existente”. Porém, ressaltou o consultor, em locais onde a concentração de vôos é inevitável, como em São Paulo, o marco regulatório deve incentivar a expansão da infra-estrutura existente.

Os debates contaram ainda com a participação do presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas em Transporte Aéreo, Respicio do Espírito Santo Júnior.

Integração energética do Mercosul em debate

De ontem até sábado, na capital da Venezuela, Caracas, o Seminário de Integração Energética da América do Sul debate a substituição dos hidrocarbonetos, a situação atual das reservas mundiais de petróleo, o marco jurídico necessário para viabilizar a “transição energética” e o impacto da produção de energia sobre os preços dos alimentos.

O evento é promovido pela Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéti-

cos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul.

Entre os participantes do seminário estão, representando o Brasil, os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Efraim Moraes (DEM-PB); o deputado federal Beto Albuquerque (PSB-RS); o embaixador Antônio Simões; e, pelo Ministério de Minas e Energia, o assessor especial do Departamento de Planejamento Energético, Gilberto Hollauer, e o diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis,

Ricardo Dornelles.

Segundo Inácio Arruda, o principal objetivo do evento é debater políticas públicas que permitam, com a participação do setor privado, uma integração do setor energético. Ele afirmou que existem projetos pendentes de integração, especialmente no que se refere ao gás natural.

O seminário acontece no Palácio Federal Legislativo, sede da Assembléia Nacional da Venezuela.

Comissão discutirá situação das pequenas empresas fumageiras

A situação das pequenas empresas fumageiras do país será discutida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de acordo com requerimento de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem.

Segundo o senador, presidente da CDH, as ações de combate ao fumo, que têm levado à desejada redução do consumo de cigarros, devem ser acompanhadas de medidas para integrar os trabalhadores do setor a outras atividades. Paim destacou preocupações manifestadas por entidades representativas dos trabalhadores das indústrias de tabaco. De acordo com ele, as pequenas fumageiras vêm perdendo mercado para grandes empresas, o que tem resultado no fechamento de firmas e no fim de postos de trabalho.

Os senadores também discutiram o PLS 269/08, prevendo que doações feitas a instituições privadas sem fins lucrativos voltadas à promoção da juventude possam ser deduzidas do Imposto de Renda. De Patrícia Saboya (PDT-CE), a proposta recebeu o apoio de Paulo Paim, relator do projeto. A matéria

deverá ser votada na próxima reunião do colegiado, prevista para o dia 15.

Fator previdenciário

Durante a reunião, Paim saudou decisão da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, favorável à extinção do fator previdenciário. Usado para calcular as aposentadorias, o índice leva em conta, entre outros itens, a expectativa de vida do beneficiário. Já aprovado pelo Senado, o projeto (PLS 296/03) – de autoria de Paim – ainda deverá passar por outras duas comissões antes de ir ao Plenário da Câmara.

Durante o debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) e César Borges (PR-BA) elogiaram a persistência de Paim na luta pelos direitos dos idosos. César Borges alertou para “possíveis resistências de técnicos da área econômica do governo, que estão alegando risco de desajustes nas contas da Previdência, com a adoção da medida”. Ao afirmar que não há impedimento para a proposta, Paim anunciou posição favorável ao projeto, manifestada pelo presidente Lula.



Paim e Mesquita Júnior em reunião da CDH, que discutiu dedução de doações

Paim lamenta falecimento do jornalista Luiz Pilla Vares

Por iniciativa de Paulo Paim, os senadores da Comissão de Direitos Humanos fizeram um minuto de silêncio em homenagem ao jornalista e escritor gaúcho Luiz Pilla Vares, falecido na madrugada de ontem.

Pilla Vares foi presidente municipal do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre e secretário de Cultura na capital gaúcha nas gestões de Olívio Dutra e Tarso Genro. Ultimamente, informou Paim, o jornalista assinava uma

coluna quinzenal no jornal *Zero Hora*. O senador lembrou o engajamento do escritor na luta por justiça social.

– Pilla Vares era um revolucionário na sua essência. Foi um líder das causas sociais e populares, um defensor incansável dos direitos humanos. Seus ideais continuarão junto a todos nós.

Eduardo Suplicy e José Nery (PSOL-PA) também manifestaram pesar pela morte do jornalista.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão às 9h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos. O senador João Pedro (PT-AM) é o primeiro a discursar da tribuna.

Jucá destaca desempenho do PMDB nas urnas em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou as "vitórias importantes" de seu partido em Roraima. O senador destacou a reeleição do prefeito Iradilson Sampaio na capital, Boa Vista, com mais de 54% dos votos válidos. "Ganhamos também em metade dos municípios do interior", disse Jucá, registrando que, a partir de 1º de janeiro, o partido comandará 80% do eleitorado roraimense.

– O PMDB, que trabalha um processo de união muito forte, sem dúvida nenhuma, constrói um projeto político para o país – assinalou.

Jucá acrescentou que, encerrada a eleição, irá trabalhar pelo estado, "por todos os prefeitos eleitos", independentemente de serem ou não de seu partido. Afirmou que será parceiro do governador



Geraldo Magela

Jucá: estado vai precisar resolver questões fundiárias e indígenas

José de Anchieta Júnior (PSDB) e dos parlamentares federais.

O senador ressaltou que Roraima tem problemas importantes a serem resolvidos, como as questões indígena e fundiária, a política de desenvolvimento e a interiorização do fornecimento de energia elétrica.

Rosalba avalia eleições no RN e pede a união dos municípios

Ao comentar os resultados das eleições no Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM) destacou a importância da união dos municípios na luta pelo seu fortalecimento, tendo em vista o atendimento das necessidades dos cidadãos, seja em saúde, trabalho ou educação de qualidade.

– Há uma concentração de recursos no poder federal: menos de 20% da arrecadação é repassada aos municípios e outros 30% vão para os governos estaduais. É necessário que mais recursos cheguem ao município – assinalou.

Rosalba demonstrou satisfação com o processo eleitoral de 2008, elogiou o trabalho da Justiça Eleitoral e afirmou que a eleição "fortalece a democracia". Ela disse ter notado que a população, de maneira geral, analisou os candidatos, sua vida e suas propostas, "fazendo valer seu direito sublime de decidir por sua vontade".



Geraldo Magela

Há uma concentração de recursos no poder federal, diz Rosalba

O DEM, acrescentou, recebeu votos de 75% do eleitorado potiguar e saiu vitorioso, entre outras, nas duas principais cidades do estado, Natal e Mossoró.

A senadora também fez um apelo ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para que sejam retomadas as obras de pavimentação da Estrada do Cajueiro, que liga a chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, ao vale do Jaguaribe, no Ceará.

Eleitor tem mais 60 dias para justificar não-comparecimento

Quem não votou e nem justificou a ausência num local de votação nas eleições municipais do último domingo tem 60 dias para regularizar sua situação com a Justiça Eleitoral. A justificativa de voto deve ser apresentada pelo eleitor perante o juiz da zona eleitoral onde está inscrito, com documentos que comprovem o motivo do não-comparecimento.

Quem não votou no primeiro turno pode votar normalmente no segundo. É necessária uma justificativa para cada turno, se seu município tiver o segundo e o cidadão deixar de comparecer às urnas nas duas ocasiões.

O eleitor que não votar nem justificar a ausência no prazo deve pagar multa. Caso não tenha a prova de votação, da justificativa ou do pagamento da multa, o eleitor não pode ser investido ou tomar posse em cargo ou função pública; tirar passaporte ou carteira de identidade; renovar matrícula em escola pública; obter empréstimo ou financiamento em estabelecimentos de crédito mantidos pelo governo; nem participar de concorrência.

Quem, em três eleições consecutivas, deixar de votar, não justificar nem pagar a multa tem seu título de eleitor cancelado.

Requerimento solicitando auditoria foi apresentado pelo senador Alvaro Dias e aprovado no Plenário. O foco da iniciativa são os investimentos em países vizinhos

Carteira externa do BNDES deve ser auditada pelo TCU

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem requerimento de autoria de Alvaro Dias (PSDB-PR) pedindo a realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em relação à carteira de financiamentos ao exterior. O senador quer que se investiguem especialmente comprovantes de destino dos

recursos aplicados e a relevância dos projetos, tendo em vista os interesses nacionais.

Na justificativa do requerimento (RQS 915/05), Alvaro Dias considera suspeito o fato de o governo brasileiro investir bilhões de dólares em países vizinhos quando há inúmeras obras paralisadas internamente.

"O presidente Lula tem usado recursos do BNDES para finan-

ciar estradas, ferrovias, metrô, aeroportos nos países vizinhos, ou seja, tudo aquilo que precisa ser feito no Brasil e o governo não faz", diz o senador em sua justificativa.

Alvaro Dias disse desconfiar que esses financiamentos externos concedidos pelo BNDES possam ser a origem dos recursos de caixa dois do Partido dos Trabalhadores no exterior.

Paim se emociona ao lembrar Constituinte

Paulo Paim (PT-RS) fez pronunciamento homenageando a Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988. Para o senador, o período de atuação da Constituinte foi um dos momentos mais bonitos da história do Brasil.

Com a voz embargada, lembrou a sessão de instalação da Assembléia, em 1º de fevereiro de 1987, conduzida pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves. Mencionou a frase pronunciada no dia seguinte pelo deputado Ulysses Guimarães, quando este foi eleito presidente da Constituinte: "Esta será a Constituição Cidadã, porque recuperará



Moreira Almir

Senador aponta retrocesso em algumas mudanças feitas na Constituição após 1988

como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constitui-

ção, não ter medo. Viva a vida que ela vai defender e semear".

O parlamentar afirmou que 30 milhões de brasileiros saíram da linha da miséria absoluta graças aos avanços conquistados com a Constituição. Paim disse que "faria tudo de novo". Para ele, a maior parte das alterações introduzidas na Carta significou retrocesso.

Ao homenagear vários constituintes, Paulo Paim ressaltou o papel desempenhado na ocasião pelo então senador Mário Covas, já falecido, de São Paulo.

– Mário Covas foi o grande líder, na Constituinte, do bloco progressista – declarou Paim.

Maldaner quer alterar base de cálculo para o produtor rural

Casildo Maldaner (PMDB-SC) ocupou a tribuna para pedir o apoio dos parlamentares ao projeto de lei de sua autoria, apresentado ontem, que restabelece a exclusão de algumas receitas da base de cálculo da contribuição previdenciária do produtor rural. Entregue à Mesa do Senado, o projeto ainda será numerado.

O senador explicou que a Lei 11.718/08 revogou o parágrafo 4º do artigo 25 da Lei 8.212/91, que tirava da base de cálculo

da contribuição do empregador rural pessoa física as receitas advindas da "produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento", do "produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira" e do "comércio de sementes e mudas". A proposta de Casildo Maldaner restabelece o que previa esse dispositivo da Lei 8.212/91.

– Uma vez abatidos, esses animais, ao serem comercializados, sofrem novamente a incidência



Jonas Pereira

Senador pretende mudar critérios da contribuição do empregador rural

da mesma contribuição, duplicando o peso tributário da operação – esclareceu o senador.

Comissão aprova isenção do IPI para dietéticos

"O estímulo à adoção de um padrão de vida semelhante ao de países desenvolvidos tem sido pernicioso para as nações em desenvolvimento, tais como o Brasil." A afirmação consta do parecer do senador João Durval (PDT-BA), aprovado na última quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao projeto de lei que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos

Além da isenção do IPI, o projeto (PLS 181/18), de autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), estabelece que



Geraldo Magela

João Durval vê necessidade de um novo padrão de consumo em países como o Brasil

sobre a venda desses produtos não incidirá contribuição para os programas de Integração

Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O relator da proposta explicou que alimentos dietéticos não são apenas os isentos de açúcares livres – indicados para pacientes diabéticos e para dietas com baixos níveis calóricos. Também há produtos com modificação na concentração de sódio que beneficiam pessoas hipertensas.

O projeto ainda será apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Senadores da oposição e da base de apoio ao governo comentam em discursos a extensão da turbulência que atingiu os maiores mercados do mundo, e principalmente o sistema bancário dos Estados Unidos, bem como as medidas adotadas pelo Executivo visando amenizar a repercussão da crise na economia brasileira

Efeitos da crise financeira sobre o país domina debates no Plenário

Para o senador Marconi Perillo, o governo Lula agiu com descaso ao afirmar que a crise não atingiria o país. José Nery sustentou que o Brasil está numa situação de fragilidade. Geraldo Mesquita Júnior alertou para as "falácias estatísticas, a dubiedade dos números e o entusiasmo dos crédulos". Por sua vez, Alvaro Dias afirmou que as medidas tomadas pela atual administração são um novo Proer, e disse que, quando da adoção do programa no governo FHC, o PT ingressou com uma ação de inconstitucionalidade. Eduardo Suplicy observou que o ministro Guido Mantega esclarecerá as dúvidas do Congresso sobre a MP 442. Lúcia Vânia afirmou que o PSDB está disposto a colaborar. O relator do projeto de Orçamento, Delcídio Amaral, disse que o Legislativo já está repondendo à crise. Francisco Dornelles sugeriu ao BC que zere o compulsório dos pequenos e médios bancos.

MARCONI PERILLO



Genardo Magalhães

Redução dos juros pode amenizar efeitos da crise

Ao comentar a conjuntura financeira mundial, Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "agiu com descaso" ao dizer que a crise não atingiria o Brasil. Para o senador, o governo federal deve reduzir os juros, a carga tributária e os gastos públicos, para que o impacto seja amenizado. O parlamentar lembrou que, segundo o relatório denominado Panorama

Econômico Mundial, divulgado na quarta-feira pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia norte-americana caminha para uma recessão que pode arrastar outros países. O FMI, salientou Marconi, projetou para 3,9% o crescimento da economia mundial este ano, contra os 5% do ano passado e prováveis 3% em 2009. – O Fundo tem considerado, em

geral, um crescimento global de 3% ou menos, o que significa recessão global – afirmou. Marconi Perillo assinalou que os bancos centrais de países como China, Reino Unido, Suíça, Canadá e Suécia já reduziram suas taxas de juros para "facilitar a retomada de investimentos e evitar que a crise financeira se transforme em precipício econômico mundial".

JOSÉ NERY



Genardo Magalhães

Estabilidade econômica do país "é de papel crepom"

José Nery (PSOL-PA) alertou para a "enorme vulnerabilidade externa" do Brasil diante da crise global dos mercados financeiro e de capitais. Para o senador, o país está frágil tanto no âmbito monetário e financeiro quanto do ponto de vista comercial, produtivo e tecnológico. – Concordo com o economista Reinaldo Gonçalves quando afirma que a estabilidade do Brasil, na verdade,

é falsa. É uma estabilidade de papel crepom – frisou. José Nery observou que as reservas internacionais brasileiras correspondem hoje ao valor da dívida externa, enquanto a dívida interna é cinco vezes maior que as reservas, com um valor superior a R\$ 1 trilhão. O parlamentar disse que o Senado deve exigir do governo informações acerca da gravidade dos efeitos da

crise. Ele acha que as autoridades do Executivo devem colocar o Congresso Nacional a par das medidas que estão sendo tomadas. – Todas as vezes em que vivemos crises econômicas, em vez de proteger os mais humildes, os poupadores e os assalariados, os pacotes governamentais se preocupam em salvar da falência os especuladores e os banqueiros, tudo em nome da estabilidade do capital.

MESQUITA JÚNIOR



Genardo Magalhães

Crescimento não é obra exclusiva do atual governo

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a situação da economia brasileira não é obra exclusiva daqueles que se consideram "ungidos para promover milagres econômicos e os espetáculos do crescimento". Na avaliação de Mesquita Júnior, o desempenho econômico do país é resultado de um longo processo de acúmulo de iniciativas e ações, acertos e erros. – Aqueles que, pelo ufanismo ou

pela manipulação do imaginário coletivo, tentam incutir a idéia de que há um governo como nunca antes houve no país e que ele é o único responsável pelos avanços alcançados são os mesmos que, cegos pela prática obtusa da autolatria, não conseguem enxergar o processo revolucionário da construção coletiva – ressaltou. Mesquita Júnior alertou para as falácias estatísticas, a dubiedade dos

números e o entusiasmo dos crédulos. Ele assinalou que o Brasil não deverá seu futuro a este ou aquele governo e nem a nenhum dos "salvadores da pátria que se arvoram em arautos do futuro". O senador sugeriu equilíbrio, bom senso, austeridade, humildade, seriedade e descortino, moderação e temperança como requisitos essenciais e permanentes para a vida pública.

ALVARO DIAS



Genardo Magalhães

Lula adotou um Proer, que tanto criticou no passado

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, em meio "à pior crise mundial desde 1929", o presidente Lula está mais preocupado com a própria imagem do que com o país. Ele lembrou que, em razão da turbulência nos mercados, o real já desvalorizou 35%. – É como se o Brasil tivesse encolhido US\$ 309 bilhões desde agosto, se o PIB fosse calculado em dólar. Portanto, isso é muito sério. Não é uma brincadeira

– argumentou. Alvaro destacou que as recentes medidas do governo para enfrentamento da crise são um pacote econômico, embora Lula tenha garantido que em seu governo não haveria pacotes desse tipo. Na opinião do senador, as providências do governo, como a edição da MP 442/08, são um novo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro

Nacional – o "Proer do Lula". – O presidente Lula e o seu partido não foram os que fizeram as críticas mais duras ao Proer do governo Fernando Henrique Cardoso? Não viajaram pelo país dizendo que o programa nada mais era do que pura mamata para banqueiros? – questionou o senador, lembrando que, à época, o PT ingressou com uma ação de inconstitucionalidade contra o Proer.

EDUARDO SUPLYCY



Genardo Magalhães

Atual medida não se parece com programa de FHC

Depois de conversar com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou que a medida provisória assinada pelo presidente da República na segunda-feira "não se parece com o Proer e, portanto, não é o Proer do Lula". Suplicy rebateu afirmações de senadores e deputados da oposição, em referência ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do

Sistema Financeiro Nacional, executado pelo governo FHC, para socorro aos bancos. O senador explicou que a MP trata especialmente dos empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais (redesconto) quando esses precisam de dinheiro repentinamente. Segundo ele, o redesconto é uma operação clássica dos bancos centrais para regular a oferta de dinheiro no mercado. Ele disse que

o Congresso poderá esclarecer dúvidas sobre a MP 442/08 no dia 21, quando o ministro Guido Mantega comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos. Suplicy citou artigo publicado no *Jornal do Brasil* pelo empresário Luiz César Fernandes, criador do Banco Pactual, onde afirma que o governo federal adotou "medidas adequadas" para enfrentar "a armadilha da liquidez" no sistema bancário.

LÚCIA VÂNIA



Janete Pinheiro

PSDB analisará iniciativa do Executivo com objetividade

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o PSDB vai procurar analisar com objetividade a MP 442, editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com providências para tentar aliviar os efeitos, no Brasil, da crise econômica mundial. A senadora observou que seu partido, quando estava no governo, não contou, porém, com uma postura colaborativa da oposição. A representante de Goiás destacou

que, embora a princípio a MP pareça dar mais força ao governo, o que ela faz "é reduzir as incertezas em relação aos instrumentos e em relação a quem os aciona em caso de necessidade". Lúcia Vânia assinalou que o Congresso Nacional terá uma grande responsabilidade nos próximos dias, que será analisar essa MP em profundidade. – É nesta hora que nos cabe, enquanto poder público, ter serenida-

de e tomar decisões transparentes e responsáveis. Não nos cabe elevar ainda mais a incerteza. De pouco vale a retórica nos momentos de pânico. O que vale são medidas concretas, e a MP 442 vai nessa direção – alertou a senadora. – Estamos [o PSDB] nos reunindo, discutindo para colaborar, quando chamados para opinar sobre o assunto – disse Lúcia Vânia.

DELCIDIO AMARAL



Genardo Magalhães

Orçamento do próximo ano será peça realista

Relator-geral do projeto de Lei Orçamentária para 2009, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que estão sendo cumpridas na Comissão Mista de Orçamento todas as metas estabelecidas e todo o cronograma previamente aprovado. – Aprovamos ontem [quarta-feira], por unanimidade, o relatório preliminar de receitas, que é conservador em relação à arrecadação, com um valor R\$ 818 bilhões. Esse valor é o ponto de partida da construção do Orçamento Geral da União e da orientação através do relatório preliminar para construção dos relatórios parciais. O Congresso já

responde agilmente a essa crise internacional. O relatório estabelece premissas e cortes para que o Parlamento possa preparar uma peça orçamentária realista – avaliou. Delcídio alertou para o fato de que o setor da agricultura encontra-se em momento de plantio e precisa de recursos. O parlamentar salientou que o quadro exige acompanhamento e rigor muito grande. Lembrando sua formação jesuítica, Delcídio Amaral classificou como "sublime" o discurso que havia sido feito pouco antes pelo senador Pedro Simon

(PMDB-RS), que discorreu sobre a vida de São Francisco de Assis. O representante de Mato Grosso do Sul também elogiou o pronunciamento do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sobre a história do voto no processo democrático. Delcídio ainda destacou o debate de que participou na manhã de ontem, durante a realização do seminário sobre a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, quando foram abordados aspectos que pautaram a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e os desafios para o seu funcionamento e adequação para a realidade atual.

FRANCISCO DORNELLES



Genardo Magalhães

Decisões do Banco Central mostram coerência

Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que a crise econômica internacional "é, sobretudo, uma crise de confiança, que tem de ser eliminada e administrada por meio de posições do Banco Central e do governo visando garantir liquidez do sistema financeiro". – Sem entrar no mérito, se algumas decisões do Banco Central vierem no tempo correto, acho que as medidas são bastante coerentes no sentido de criar liquidez e de trazer confiança ao sistema financeiro – disse o senador. A primeira iniciativa, conforme lembrou, foi a que reduziu o compulsório dos grandes bancos, para que

eles pudessem adquirir ativos de bancos menores. – Posteriormente, verificaram-se algumas dificuldades operacionais que havia nessa medida, e o Banco Central, então, estabeleceu um sistema de redesconto, que precisa ser operacionalizado com competência, porque, se for burocratizado, realmente não vai resolver o problema – observou. Dornelles sugeriu ao BC que zere o compulsório dos pequenos e dos médios bancos, a fim de dar liquidez, para que eles não fiquem na dependência das grandes instituições financeiras nem da burocracia do BC.

O senador disse que proporia também uma redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de forma que voltasse aos níveis do ano, para diminuir o custo das operações de crédito. – Diriam: o governo vai perder receita? Mas o Orçamento está indicando que o governo está com grande receita e, no momento em que ele perdesse algo do IOF, poderia ganhar por meio da redução da taxa de juros. Os argumentos que levaram o Banco Central a aumentar a taxa de juros, hoje, são os mesmos que aconselham uma redução – frisou o parlamentar

CMN regulamenta redesconto e empréstimos em moeda estrangeira

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem, em reunião extraordinária, a Resolução 3.622, que regulamenta a Medida Provisória 442, editada na última segunda-feira, que trata das operações de redesconto do Banco Central (BC). Os integrantes do colegiado estabeleceram critérios para a compra de ativos em moeda nacional, nas operações de redesconto do BC e para garantias de operações de empréstimo em moeda estrangeira, realizadas exclusivamente com a rede bancária. Conforme antecipou o presidente do BC, Henrique Meirelles, quando anunciou a MP 442, o redesconto será feito somente na forma de compra de ativos com compromisso de revenda, e os em-

préstimos em moeda estrangeira serão concedidos a critério exclusivo do Banco Central. O prazo máximo para essas operações será de 360 dias, com custo calculado pela Selic (taxa básica de juros) mais adicional a ser definido pelo Banco Central. No caso de empréstimos em moeda estrangeira, o custo será composto pela Libor (taxa interbancária do mercado de Londres) e um adicional a ser fixado pelo BC. Nas operações de redesconto, o BC receberá ativos registrados no Sistema Central de Riscos (SCR), de acordo com a respectiva classificação de risco (AA, A e B), e os valores recebidos serão líquidos de eventuais provisões. Nos empréstimos em moeda estrangeira, o BC

poderá receber títulos soberanos em dólares, brasileiros ou não, desde que possuam risco mínimo "A". As operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e de Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), utilizadas na comercialização externa, também serão aceitas como garantia. O CMN decidiu, ainda, que o BC poderá impor medidas adicionais para redesconto, tais como obrigação de aporte adicional de recursos, adoção de limites operacionais mais restritivos, restrição a algumas práticas operacionais, recomposição de níveis de liquidez e suspensão de distribuição de resultados em valor superior ao mínimo previsto em lei, dentre outras. (Agência Brasil)

Diretor do FMI admite fracasso da globalização dos mercados

O efeito dominó da crise do sistema financeiro norte-americano levou o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, a concluir: fracassou a tentativa internacional de adoção de mercados financeiros globalizados. A constatação foi feita durante o Encontro Mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, iniciado ontem, em Washington. Segundo informações do site oficial do FMI, Strauss-Kahn avaliou que a atual crise financeira global demonstra a falência dos sistemas regulatórios das economias avançadas, incapazes de fixar regras para o gerenciamento de risco das maiores instituições financeiras privadas e de estabelecer mecanismos para disciplinar o mercado. O diretor-gerente do FMI acredita que o mundo

está no ápice de uma recessão global, mas mantém o otimismo. Para ele, a recuperação da economia mundial é possível a partir do segundo semestre de 2009. Para isso, no entanto, é necessária uma ação conjunta internacional. "Não há solução doméstica para uma crise como essa", afirmou. Ele defendeu alguns princípios para as ações coordenadas em nível global e regional, como a necessidade de formulação de planos nacionais que forneçam liquidez por meio dos bancos centrais, que contenham garantias para quem tem depósitos e para credores e, principalmente, que incluam a recapitalização das instituições financeiras. Strauss-Kahn ainda mandou um recado para os

administradores públicos: não devem esquecer da "outra crise", resultado da disparada nos preços mundiais dos alimentos e do petróleo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, viajaram ontem à noite para Washington, onde participam de reunião do FMI e do Banco Mundial. No sábado, eles discutem soluções para a crise do sistema financeiro mundial em reunião do G-20 financeiro, grupo formado pelos ministros de Finanças e presidentes dos bancos centrais das 20 maiores economias avançadas e emergentes do mundo. O encontro foi convocado por Mantega, atual presidente do grupo (Agência Brasil).

Strauss-Kahn acha que economia internacional pode se recuperar a partir de 2009

Um dia de queda nas bolsas

A Bovespa fechou o dia de ontem com queda de **3,92%** e já acumula perdas de **42%** este ano.

A Bolsa de Nova York, principal referência global dos mercados de ações, despencou **7,33%**.

E o dólar, após intervenções do Banco Central, cedeu para **R\$ 2,19**.

Para o senador, mudanças no sistema político-partidário somente serão possíveis se houver empenho não apenas do Congresso Nacional, mas também do Executivo e do Judiciário

Congresso deve à sociedade a reforma política, afirma Renan

O SENADOR RENAN Calheiros (PMDB-AL) voltou a defender, ontem, a reforma política-partidária. Ao mudar, o quanto antes e de forma ampla e profunda, as regras de funcionamento dos partidos e do sistema eleitoral, o Congresso Nacional estaria respondendo à cobrança de aperfeiçoamento das instituições políticas que hoje faz a sociedade brasileira, observou o parlamentar.



Renan defende a coincidência de todos os mandatos para reduzir gastos

Renan Calheiros

disse acreditar que a reforma poderia ser facilmente compatibilizada com as demais votações a cargo das duas Casas do Parlamento. Assinalou, entretanto, que isso só será possível com bastante empenho, não só dos senadores e deputados, mas igualmente do Executivo e do Judiciário.

– Durante muito tempo, sugeri participação maior do governo nesse tema, que, na verdade, é do Parlamento. Mas, num modelo de presidencialismo de coalizão, o papel do Executivo é dar um norte à agenda legislativa. E, felizmente, é o que está acontecendo – afirmou o senador, lembrando que o Ministério da Justiça enviou ao Congresso um conjunto de propostas a título de contribuição ao debate

da reforma política.

Os seis principais pontos dessas propostas são: fidelidade partidária, lista fechada de candidatos, financiamento público de campanhas, inelegibilidade, fim das coligações proporcionais e cláusula de barreira, também chamada de cláusula de desempenho.

– Em 2002, depois de quatro anos de votações, o Senado Federal concluiu os últimos pontos da reforma política-partidária. Infelizmente, as circunstâncias, desde então, criaram uma série de entraves para seu trâmite na Câmara dos Deputados. Mas, hoje, há quase um consenso de que, sem a reforma, nossas instituições correm o sério risco de cair em total descrédito – advertiu.

Renan Calheiros entende que

há uma tendência forte pelo modelo exclusivamente público de financiamento das campanhas eleitorais e disse acreditar que não será difícil encontrar uma saída para o problema da fidelidade partidária.

– Os partidos não podem se transformar em albergues de conveniências que, eventualmente, podem encobrir interesses inconfessáveis – declarou o parlamentar.

Campanha

Outros pontos defendidos por Renan foram a coincidência de todos os mandatos, de modo a eliminar o alto custo de uma eleição por biênio; a redução do tempo de campanha e da duração do horário gratuito na televisão e no rádio; a igualdade nos prazos de desincompatibilização; a eleição dos suplentes de senadores por meio do voto; a cláusula de desempenho; e a federalização de partidos, que foram aprovadas em reformas anteriores do Código Eleitoral e antecipadas pela Justiça Eleitoral, porém com salvaguardas para proteger partidos históricos no Brasil, como o PCdoB, o PPS, o PSB e o PDT, que representam “minorias organizadas”, ressaltou.

Eduardo Azeredo defende processo eletrônico de votação e elogia TSE

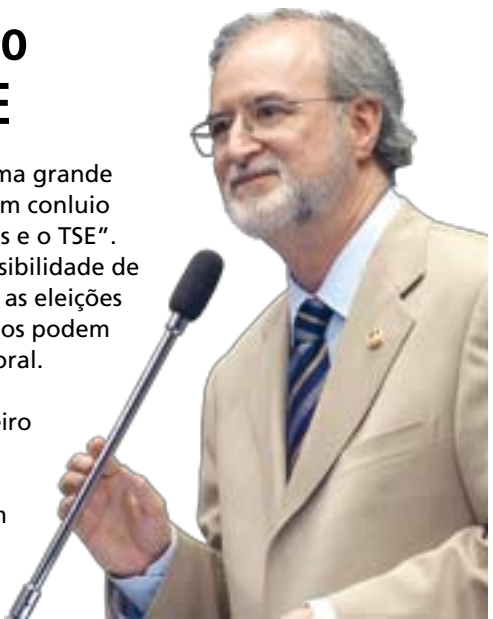
Eduardo Azeredo (PSDB-MG), durante discurso ontem em Plenário, fez uma defesa do sistema eleitoral brasileiro, da utilização das urnas eletrônicas e do trabalho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que iniciou a implantação do sistema de voto eletrônico em 1996, hoje utilizado nos mais de 5 mil municípios brasileiros.

– O sistema é seguro, sim, e garante o sigilo do sufrágio.

O parlamentar afirmou que as urnas eletrônicas têm uma margem de segurança quase total. Mas advertiu que, como todo sistema, digital ou não, há possibilidades de fraude. Disse ainda que erros podem acontecer,

mas que para ocorrer uma grande fraude “deveria haver um conluio sistêmico, entre mesários e o TSE”. Azeredo destacou a possibilidade de os cidadãos fiscalizarem as eleições e lembrou que os partidos podem auditar o processo eleitoral.

– Críticas existem, mas estou certo que o brasileiro pode confiar no TSE e pode exercer sua parte, fiscalizando. O Brasil tem o sistema eleitoral mais eficiente do mundo, e o cidadão deve se orgulhar disso – destacou o senador.



Fraude só ocorreria se houvesse “um conluio entre mesários e o TSE”, afirma Azeredo

PTB conquistou 409 prefeituras, registra Ada Mello

Em pronunciamento no Plenário, a senadora Ada Mello (PTB-AL) informou que o PTB conseguiu conquistar no Nordeste 183 prefeituras, ficando em quarto lugar entre os 27 partidos do país. Em seu estado, Alagoas, foi o segundo mais votado, ao eleger 19 prefeitos, atrás do PP por apenas um município. Levando-se em conta todo o país, o PTB é o sexto mais votado nas eleições municipais, frisou a parlamentar.

– O PTB consolida-se como uma das maiores e mais importantes legendas do país – afirmou, acrescentando que seu partido controla agora 409 das 5.563 prefeituras.

A senadora ressaltou ainda que a legenda obteve um dos percentuais mais elevados de sucesso de candidaturas a prefeito – 42%. E concorreu no último domingo com 956 candidatos a prefeito.

Ada Mello acrescentou que outro bom desempenho do partido ocorreu nas capitais dos estados, e vai disputar em segundo turno as prefeituras de Manaus e Belém, “ambas com clara chance de vitória”.



Ada Mello diz que o partido consolida-se como um dos maiores

Foto de Geraldo Magela

Neuto de Conto ressalta conquistas do PMDB em SC

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) anunciou ontem os resultados obtidos pelo PMDB nas eleições municipais em Santa Catarina. Nesse estado, disse, o partido conquistou o maior número de prefeituras, exatamente 111. Considerados os municípios em que a legenda compôs chapa indicando os candidatos a vice, observou, o PMDB participará da administração de 145 cidades. Além disso, o partido elegeu em média 2,8 vereadores por município, num total de 843 no estado. O prefeito da capital, Florianópolis, Dario Berger, candidato à reeleição, disputa o segundo turno.

Neuto de Conto também destacou o clima de civilidade em que transcorreram em Santa Catarina a campanha eleitoral e o pleito. Conforme o senador, “não se viu papel nas ruas ou nos postes e nenhuma batalha de militâncias”. Ele parabenizou os eleitores e o trabalho da Justiça Eleitoral.

– Foram eleições propositivas, de crença, de fé, do corpo a corpo e de muita análise da sociedade para escolher os seus candidatos – disse.

No campo nacional, a atuação do PMDB não foi diferente, afirmou o parlamentar. Nos 5.563 municípios brasileiros, o PMDB elegeu 1.194 prefeitos e 8.469 vereadores.



Segundo Neuto de Conto, legenda saiu vitoriosa em 111 municípios

Foto de Geraldo Magela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Tião Viana • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920



Gerardo Magela

Humildade e generosidade são princípios da ordem, diz Simon

Simon festeja os 800 anos dos franciscanos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comemorou ontem em Plenário os 800 anos de criação da Ordem de São Francisco. Ele citou fatos da vida do santo e lamentou que o mundo moderno não dê valor a três princípios fundamentais dos franciscanos, humildade, generosidade e solidariedade, ao se referir à crise financeira internacional e à fome que afeta 1 bilhão de pessoas no planeta.

– O mundo do lucro tem mais de 1 trilhão de dólares para socorrer os seus sócios preferenciais. Ao mundo da fome, entretanto, não se quer dedicar nem três por cento desse valor para duplicar a produção de alimentos no mundo. A compaixão, a solidariedade, o amor ao próximo ficam longe do desdém do lucro e do poder a qualquer preço – lastimou o parlamentar.

Segundo Pedro Simon, o homem é hoje um ser isolado em quatro paredes, apesar de estar em contato com o mundo pelas novas tecnologias. “Ele perdeu a consciência do coletivo e o sentimento da compaixão, vendo um concorrente no lugar de um semelhante”, observou.

– O homem se preocupa em ter, no lugar do ser. Não consegue amansar os lobos que se criam e se desenvolvem dentro de si próprio. Vale-se, cada vez mais, da auto-ajuda, como se problemas e soluções se resumissem na sua própria individualidade – ressaltou.

Celebração

Pedro Simon, integrante da Ordem Terceira de São Francisco, anunciou que, como parte das comemorações dos 800 anos do franciscanismo, haverá em Brasília, nos dias 17, 18 e 19 de outubro, uma grande celebração latino-americana e caribenha. O senador gaúcho disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Garibaldi Alves, receberão carta atualizada de São Francisco de Assis aos dirigentes do mundo. No Brasil, há cerca de 2 milhões de franciscanos, informou.

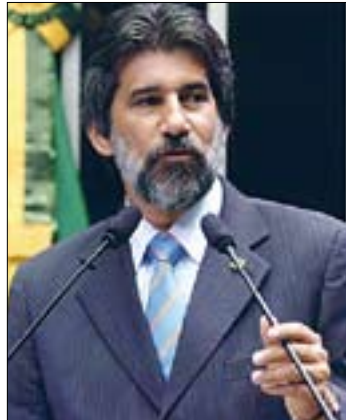
O dia de São Francisco foi comemorado no último sábado.

Conforme proposta que se encontra na Comissão de Justiça, seria suspensa por dez anos a concessão de autorizações para derrubada de florestas na região

Raupp pede moratória contra desmatamento na Amazônia

O SENADOR VALDIR Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação de projeto de lei de sua autoria que propõe uma moratória para interromper o desmatamento na Amazônia Legal. Seriam suspensos por um prazo de dez anos, a partir da publicação da lei, a concessão de novas autorizações para o desmatamento de florestas na região.

Em seu projeto (PLS 342/08), Raupp propõe ainda anistia de multas administrativas ambientais aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a proprietários ou ocupantes de terras públicas da União e dos estados em decorrência de desmatamentos realizados nos últimos 15 anos,



Gerardo Magela

Projeto de Raupp também prevê anistia de multas devido a derrubadas

inclusive em reservas legais.

– O que meu projeto diz? Vamos reflorestar apenas os mananciais, as nascentes, as encostas, os igarapés, as montanhas onde possa haver erosões

e vamos liberar todo o resto que foi desmatado e fazer a preservação em bloco – explicou o senador.

A área da Amazônia Legal abrange nove estados brasileiros pertencentes à bacia amazônica. O conceito reúne áreas com idênticos problemas econômicos, políticos e sociais e tem a finalidade de facilitar o planejamento do desenvolvimento econômico e social da região.

A proposta de Valdir Raupp, relatada pelo senador José Nery (PSOL-PA), está sendo examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No início de seu pronunciamento, Raupp comemorou o desempenho de seu partido nas eleições municipais.



Ano Conto/FUCKR

Derrubada na Floresta Amazônica: maior reserva de biodiversidade do mundo corre o risco de desaparecer

Jefferson Praia quer Amazônia em currículo escolar

A apresentação de proposta com o objetivo de introduzir nos currículos dos ensinos fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia foi anunciada por Jefferson Praia (PDT-AM). O projeto é o primeiro de autoria do senador. A proposição (PLS 371/08) – que se encontra na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em fase de recebimento de emendas – altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96).

A legislação atual determina que os currículos devem abranger, obrigatoriamente, entre outros assuntos, “o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”. Jefferson Praia está propondo que a redação desse artigo, ao final, seja “especialmente do Brasil e da Amazônia”. A

materia receberá decisão terminativa na CE.

– Se eu tiver o apoio dos meus pares, os brasileiros conhecerão muito mais a Amazônia do que conhecem na atualidade – explicou o senador.

Ele disse acreditar que esse maior conhecimento será fundamental para que os brasileiros possam defender a Amazônia e obter o bom aproveitamento daquela que é uma das últimas reservas naturais do país.

– O colonialismo, como forma de dominação das nações mais fortes, foi substituído por um certo tipo de globalização que insinua que determinadas áreas do planeta, como a Amazônia, pertencem ao patrimônio internacional, o que feriria os direitos soberanos do Brasil – acrescentou.

Jefferson: é preciso conhecer para defender e cuidar



Gerardo Magela

Senador defende o fim do fator previdenciário

Mão Santa faz apelo por aposentados

Ao comentar a aprovação, em comissão da Câmara dos Deputados, do projeto que extingue o fator previdenciário, Mão Santa lamentou “a falta de prioridade dada pelo governo à aprovação da matéria no Plenário daquela Casa”. No Senado, a proposta (PL 3.299/08) foi aprovada em abril deste ano.

O senador criticou especialmente o líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), por haver declarado, segundo Mão Santa, que a votação definitiva do projeto não deve ocorrer este ano por não estar entre as prioridades do governo federal.

Fator previdenciário é um índice usado para calcular as aposentadorias e leva em conta a idade do trabalhador, o tempo de contribuição e a expectativa de sobrevida. Na aposentadoria por tempo de contribuição, o fator funciona como um redutor do benefício.

– Só o Brasil tem essa vergonha. Nenhuma outra sociedade do mundo inventou essa malandragem para roubar os aposentados – disse Mão Santa.

Garantia

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) – autor da proposta – informou que o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, garantiu, em visita a Porto Alegre, que o projeto será colocado em votação ainda este ano, juntamente com o que concede reajuste a aposentados, e que o presidente Lula já se comprometeu a não vetá-los.

Três audiências públicas serão realizadas pela Subcomissão Permanente da Amazônia para debater projetos para a região. A primeira acontecerá na próxima quarta-feira

Mangabeira será ouvido sobre futuro da Amazônia

O FUTURO DA região amazônica começa a ser debatido na próxima quarta-feira, a partir das 10h, pela Subcomissão Permanente da Amazônia. Com a presença do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, será realizada a primeira de três audiências públicas sobre o tema – as duas outras, ainda sem data marcada, serão com os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima.

O ciclo de audiências foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), à qual a subcomissão está ligada. O requerimento é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Mangabeira Unger já elaborou o esboço de uma proposta chamada Projeto Amazônia. Na apresentação da proposta, o ministro sugere que o “soerguimento da Amazônia” se torne prioridade brasileira na primeira



Mangabeira Unger é ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos

metade do século 21.

A discussão a respeito do futuro da região, observa o ministro, tem servido como “alavanca de pressão” do mundo sobre o Brasil. A seu ver, porém, esse debate pode abrir espaço para que se reafirme a soberania brasileira sobre a Amazônia.

Em sua proposta, Mangabeira afirma que o eixo da solução para a Amazônia é a realização de zoneamento econômico e ecológico que permita a formu-

lação de estratégias econômicas distintas para as diferentes partes da região. Ele divide a Amazônia entre área já desmatada e área em que a floresta é preservada.

Para o que ele chama de “Amazônia sem mata”, o plano sugere que a Zona Franca de Manaus se converta em um “laboratório de práticas e empreendimentos inovadores”. Para aquelas com floresta, indica-se o aproveitamento tecnológico da biodiversidade e a mobilização do “potencial energético latente nas árvores”.

No primeiro caso, o ministro propõe uma “forte presença do Estado” na promoção de pesquisas sobre a biodiversidade amazônica para a produção de medicamentos. No segundo, o plano estabelece a intenção de transformar a área coberta pela floresta em um “vasto manancial de energia renovável”.

O texto do Projeto Amazônia está em www.nae.gov.br/doc/doc_2008/doc_amazonia.pdf.



Augusto Botelho (E) preside reunião da Subcomissão de Defesa da Saúde

CAS vai debater política sobre prevenção de queimadura

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aprovou requerimento de audiência pública para discutir a formulação de política pública de prevenção e tratamento de queimaduras.

O requerimento, dos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Cícero Lucena (PSDB-PB), pede que sejam convidados, entre outros, o presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, Flávio Narduz Novaes, e a presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras (Aposeq), Ana Aparecida de França e Silva.

A subcomissão também aprovou requerimento de Augusto Botelho (PT-RR) para realização de audiência que debaterá a política de mobilidade entre os planos de saúde, com a portabi-

lidade de carências.

Para o senador, a exigência de novas carências, quando o segurado muda de plano, é prejudicial às pessoas que, muitas vezes, permanecem numa determinada empresa por temer que um novo exigirá numerosas carências para entrar plenamente em vigor. Segundo disse, a concorrência será maior se os segurados puderem mudar de plano sem serem penalizados.

Augusto Botelho sugere como convidados os presidentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, e da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasau), Luiz Carlos Trabuco; o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Pinheiro Silveira; e a representante do Procon-SP, Renata Molina.

Comissão amplia proteção a fundos constitucionais

Os bancos oficiais regionais deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A decisão é da Comissão de Desenvolvimento



José Nery, Maciel, Rosalba, Marco Antônio e Azeredo na audiência

Regional e Turismo (CDR), que aprovou ontem parecer favorável do senador Marco Maciel (DEM-PE) a proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O projeto de lei complementar (PLS 239/08) será ainda analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

O objetivo é proteger o patrimônio dos fundos constitucionais e combater a inadimplência. Ao assumir pelo menos 50% do risco, os agentes financeiros estaduais teriam maior cuidado na análise e na liberação dos créditos. Jereissati lembra que,

atualmente, de acordo com a Lei 7.827/89 (que instituiu os três fundos constitucionais), esses bancos não precisam assumir qualquer responsabilidade quando o tomador do empréstimo não honra seus compromissos.

Para Maciel, a proposta corrige uma distorção. Ele argumenta que, enquanto nas regiões Sul e Sudeste o Tesouro Nacional assume o ônus decorrente de eventual processo – de repactuação de dívidas rurais, por exemplo –, nas demais regiões cabe aos fundos constitucionais absorver os custos.

A presidente da CDR, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), enalteceu o projeto e disse que haverá maior proteção aos fundos constitucionais. Também elogiaram a proposta José Nery (PSOL-PA) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Ambos entendem que a iniciativa, se transformada em lei, proporcionará maior fiscalização no uso de recursos públicos.

A CDR também aprovou requerimento de João Pedro (PT-AM) que solicita à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania análise da constitucionalidade de proposta de Cristovam Buarque (PDT-DF) que altera o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01).

O projeto (PLS 212/08) estabeleça padrões adequados de “quartos de empregada”. João Pedro entende que a iniciativa representa uma interferência da União na legislação municipal.

Augusto lembra os 200 anos do Banco do Brasil

O senador Augusto Botelho (PT-RR) homenageou os 200 anos do Banco do Brasil. Ele lembrou a criação da instituição financeira em 1808, por alvará do príncipe regente dom João, lembrando a superação de obstáculos como o elevado saque efetuado pela família real para seu retorno a Portugal, em 1821.

Augusto Botelho também destacou a atuação do banco como financiador da produção e comercialização agrícola, com destaque para a agricultura

familiar por meio do Plano Safra Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ele informou que, além de crédito de até R\$ 100 mil, o programa oferece descontos que chegam a 17,5% na compra de tratores e implementos agrícolas, para serem pagos em até dez anos, com carência de três anos e juros abaixo dos praticados pelo mercado.



Augusto Botelho ressalta o papel da instituição para a agricultura



Deputado Germano Bonov, procurador Antonio Fernando e senador Tião Viana

Viana defende extinção de leitos para tratamento psiquiátrico

Na abertura do *workshop* Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica, promovido ontem pela Procuradoria Geral da República, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), no exercício da Presidência, defendeu a eliminação dos leitos destinados a tratamento psiquiátrico. Em sua opinião, a internação hospitalar de pessoas com distúrbios mentais deve ser substituída por um tratamento que conte com maior participação da família e da comunidade.

Viana lembrou que, desde a instituição da lei que redireciona o modelo assistencial em saúde mental (Lei 10.216/01), houve avanços no setor. No entanto, disse, ainda existem 37 mil leitos psiquiátricos no Brasil.

Os problemas existentes, na avaliação do senador, não atingem apenas a área de doença mental, mas a saúde de forma generalizada. Em sua opinião, trata-se de uma questão estrutural e conceitual, uma vez

que a sociedade tem o “clássico medo da loucura”. Para Tião Viana, é preciso rever conceitos e não estigmatizar os portadores de distúrbios mentais.

– A sociedade não trata a doença mental como um problema dela. Pensa que o problema passa a ser apenas do médico e do sistema de saúde – afirmou.

Segundo o procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, o debate com especialistas permitirá que o Ministério Público ofereça contribuições para a implantação efetiva da reforma psiquiátrica.

O procurador-geral declarou ainda que o Ministério Público, ao defender os direitos constitucionais do cidadão, não pretende traçar políticas públicas – do que é muitas vezes acusado, lamentou. No entanto, Antonio Fernando de Souza disse que o órgão exige que essas políticas sejam executadas com menor custo e melhor resultado.